



# 0 ano da resistência

Foto: Carlos Macedo



**Servidores do RS perdem  
metade da renda em sete anos**

Páginas 3 a 6

**A luta dos trabalhadores  
contra a PEC 32**

Páginas 10 a 13

EDITORIAL

Foto: Carlos Macedo



**Antônio Augusto Medeiros**  
*Diretor-presidente do Sintergs*

# Hora de reforçar união na luta

Um ano de muita luta e resistência. Assim foi 2021 para os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público. Vivemos um momento de ataques aos serviços públicos federal, estaduais e municipais. No Rio Grande do Sul, já são mais de sete anos sem a reposição da inflação e mais de 50% de perda no poder de compra. E essa dura realidade dos servidores estaduais é abordada em detalhe ao longo deste informativo, assim como o projeto de reestruturação das carreiras apresentado pelo Sintergs ao governo do Estado.

A este cenário de precarização, foi adicionado um agravante: a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLC) 378, que prevê um teto de gastos e congela as despesas do Estado por dez anos. O limite é o valor da despesa primária empenhada no exercício imediatamente anterior, corrigido pelo IPCA/IBGE, sem a inclusão

de despesas intraorçamentárias. Caso os desembolsos ultrapassem o teto, serão inviabilizados os investimentos estatais, as reestruturações e a criação de carreiras, os aumentos e as reposições salariais.

Os defensores da política neoliberal tentam impor a ideia de que o investimento público não faz parte da economia. É a naturalização da austeridade em detrimento do papel indutor, multiplicador e garantidor dos direitos sociais fundamentais. Mas temos de combater esta política autofágica. Neste momento, é mais do que necessária a ação sindical para que, juntos, possamos desmascarar a política de Eduardo Leite e sua base aliada, que mais uma vez mostra que a prioridade não são as pessoas. Precisamos reforçar a união nesta luta, assim como fizemos contra a PEC 32.

As mobilizações contra a reforma administrativa de Bolsonaro e Guedes, que vêm ocorrendo em

Brasília, nas capitais e no interior dos estados desde julho de 2021, mostram a força dos servidores públicos. O plano do governo era votar o projeto em agosto, mas devido à pressão popular e à falta de apoio, isso não foi possível. E essa união de trabalhadores do setor público de todas as esferas vem para que possamos esperar e intensificar a luta aqui no Estado. É hora de ampliar a mobilização e de pensar em melhores escolhas eleitorais para 2022.

Ainda temos bastante trabalho pela frente, pois 2022 será de grandes desafios. Vamos transformar este sentimento de luto em luta, potencializando a mobilização para construir caminhos. O próximo ano será decisivo para a mudança dos rumos. E a união dos trabalhadores e trabalhadoras será essencial para transformar a realidade que vivemos hoje. Vida longa aos sindicatos! Os servidores públicos seguirão resistindo. ■

**SALÁRIOS**

# Servidores do RS perdem metade da renda em sete anos



Foto: Carlos Macedo

Governo colocou contas em dia em cima do confisco do salário dos servidores, afirma Medeiros

Os servidores públicos de nível superior do Rio Grande do Sul perderam mais da metade do poder de compra nos últimos sete anos. Considerando a inflação acumulada entre novembro de 2014 e outubro de 2021 medida pelo IPCA/IBGE, as perdas salariais de especialistas em saúde, analistas de projetos e políticas públicas e extranumerários chegam a 50,16%. Estes profissionais atuam em praticamente todas as áreas do governo, como Saúde, Agricultura, Obras, Planejamento, Turismo, Cultura e Meio Ambiente.

“Quando o governador Eduardo Leite diz que colocou as contas do

Estado em dia, esconde que foi em cima do sacrifício e do confisco do salário dos servidores. O governo está estrangulando a renda dos trabalhadores que executam as políticas públicas do Estado”, afirma Antonio Augusto Medeiros, presidente do Sindicato dos Servidores de Nível Superior do RS (Sintergs). O dirigente lembra que não conceder a inflação fere a previsão constitucional de irredutibilidade salarial, pois negar este repasse tem o mesmo efeito prático da redução.

Mesmo que a inflação fosse zero, os salários praticados no país são insuficientes para cobrir o custo de

vida. “A realidade, que já era degradante antes da chegada da pandemia, revela o abandono e o descaso do governo com as políticas públicas desde 2016 e que se agravou de 2019 para cá”, destaca a economista Daniela Sandi, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

E os servidores estaduais estão, cada vez mais, tendo de se equilibrar diante da alta de preços, que se acelerou recentemente. Somado à perda do poder de compra pela inflação, os funcionários públicos ainda amargaram atrasos e salários parcelados durante seis anos.

## SALÁRIOS

# Custo do orçamento familiar aumenta além da inflação entre 2014 e 2021

Entre os produtos da cesta básica, o óleo de soja subiu 221,8% entre 2014 e 2021, tendo a maior alta entre os alimentos essenciais. A carne teve aumento de 116,1%, o arroz, 102,2%, e o feijão, 89,4%. A alta de preços destes itens contribuiu para a elevação de 101,7% no valor da cesta básica, ainda considerando a mesma base de comparação (veja mais detalhes nas tabelas).

“Com arrocho salarial sem precedentes desde 2014, nesse mesmo período os itens essenciais do orçamento dispararam, subindo bem acima da inflação média”, reforça a economista Daniela Sandi, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

No orçamento familiar, a cesta básica foi o terceiro indicador entre os que mais subiram de preço em sete anos. O campeão foi o gás de cozinha, com aumento de 125,8%. Em segundo lugar, a gasolina, com alta de 121,8%. E, em quarto, a energia elétrica, que ficou 94,3% mais cara. “A inflação e o avanço assustador de preços escancara a corrosão dos salários dos trabalhadores do Poder Executivo”, pontua Antonio Augusto Medeiros, presidente do Sintergs, lembrando ainda que, além de não terem nenhum tipo de reajuste, os servidores per-

deram progressões na carreira que poderiam reduzir, pelo menos em parte, as perdas.

A piora das condições de vida da boa parte da população e dos trabalhadores está diretamente ligada às escolhas econômicas e políticas dos últimos anos, considera Daniela, que destaca baixo crescimento, forte desregulamentação dos direitos trabalhistas, redução dos serviços públicos e desestruturação do mercado de trabalho e de políticas de transferência de renda em nome de medidas neoliberais. “A narrativa, o discurso do menos pior, ou seja, é menos pior perder direitos do que emprego, é um arranjo que joga trabalhadores contra trabalhadores, enfraquecendo a resistência da classe trabalhadora”, afirma.

A economista ressalta que estes são caminhos que já se mostraram desastrosos e que foram abandonados na maioria dos países desenvolvidos, que estão recuperando mais rapidamente suas economias. “A história e as experiências empíricas nos mostram que o mercado é promotor de desequilíbrios, desigualdades e não de equilíbrio. Não há dilema entre o gasto público e o crescimento, ao contrário, há complementaridades e sinergias”, ressalta Daniela.

### Produtos da cesta básica que mais aumentaram

Itens	nov/14	out/21	Variação
Óleo de soja	R\$ 2,57	R\$ 8,27	221,8%
Carne	R\$ 20,40	R\$ 44,09	116,1%
Arroz	R\$ 2,28	R\$ 4,61	102,2%
Feijão	R\$ 4,35	R\$ 8,24	89,4%

Fonte: Dieese, a partir de dados de IEPE/UFRGS e Dieese

### Variação de preços de itens essenciais do orçamento familiar (entre novembro 2014 e outubro de 2021)

Gás de cozinha	125,8%	Tarifa ônibus municipal	62,7%
Combustível (gasolina)	121,8%	Refeição em restaurante	61,2%
Cesta básica	101,7%	Água Corsan	58,6%
Energia Elétrica	94,3%	IPCA/IBGE	50,16%

Fonte: Dieese, a partir de dados de IBGE, IEPE/UFRGS e Dieese

### Custo de itens do orçamento em Porto Alegre

Itens	nov/14	out/21	Variação
Tanque de gasolina 44 litros	R\$ 129,40	R\$ 286,90	121,8%
Mensalidade escolar	R\$ 510,90	R\$ 948,20	85,6%
Cesto Básico IEPE / 51 itens (alimentos, higiene e limpeza e gás de cozinha)	R\$ 620,80	R\$ 1.113,40	79,4%
Condomínio	R\$ 135,70	R\$ 198,80	46,5%
Telefone Celular	R\$ 53,60	R\$ 70,20	31%
Aluguel	R\$ 1.089,60	R\$ 1.288,20	18,2%
<b>Gasto monetário</b>	<b>R\$ 2.539,90</b>	<b>R\$ 3.905,70</b>	<b>53,8%</b>

Fonte: IEPE UFRGS



# Com a defasagem, qualidade de vida dos servidores diminui

O salário de funcionário público de nível superior há dez ou quinze anos era atrativo, mas se tornou insuficiente para cobrir as despesas básicas de uma família. Foi o que aconteceu com Luciano Homrich Neves da Fontoura, engenheiro mecânico da Secretaria de Obras e Habitação do Estado. Para priorizar o investimento nos estudos da filha, o servidor abriu mão de residir em um bairro central e enxugou as despesas fixas para reorganizar o orçamento.

Luciano morava de aluguel e planejava comprar a casa própria no Menino Deus pela proximidade do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF). No bairro, o imóvel custaria em torno de R\$ 500 mil, enquanto no Nonoai, distante sete quilômetros do trabalho, uma casa semelhante custava a metade. Luciano fez as contas e mudou de bairro.

“Antes, atravessava a rua e estava no parque (Marinha do Brasil). Agora, a minha qualidade de vida caiu um pouco, porque não consigo ir a pé para o trabalho, dependendo de usar o carro”, afirma o servidor. Cancelou a assinatura da televisão a cabo, reduziu o pacote de internet e o plano do celular. Desde então, também não trocou mais de carro. “Essa é a minha realidade”, afirma.

Foi desta forma que conseguiu

manter a filha, de 18 anos, em uma escola particular. Mas agora, com a filha prestes a concluir o Ensino Médio, Luciano começa a se preocupar com o ingresso na universidade. “Nós, como classe média, não conseguimos mais pagar uma universidade privada para os filhos. Só por meio de crédito educativo”, lamenta o servidor, que sempre valorizou a educação. Tanto que fez dois cursos de aperfeiçoamento - MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e especialização em Gestão Pública pela Uergs.

A remuneração bruta de Luciano é a mesma de 2014. “As minhas aspirações financeiras não são grandiosas. Quero viver com equilíbrio e sem agredir o meio ambiente. Eu não estou pedindo nada mais que o justo, que é a reposição da inflação”, reivindica o servidor, que costuma fiscalizar obras de até R\$ 10 milhões.

Sobre a atual política de Estado mínimo, Luciano acredita que os últimos governos estão errando na gestão. “O Estado tem que pensar em aumentar o número de servidores, e não em reduzir. Serviço público em um país como o nosso é distribuição de renda”, defende. O servidor acrescenta que a PEC 32, que tramita na Câmara dos Deputados, irá prejudicar, sobretudo, os trabalhadores que



Foto: Luiz Felipe Correa

Fontoura cobra reposição da inflação para poder viver em equilíbrio

ganham menos. “É um país muito injusto, muito desigual.”

## Empréstimos viraram rotina

Servidora da Secretaria da Agricultura que prefere não se identificar acrescenta que, além do salário ser o mesmo há sete anos, os descontos aumentaram. Em razão de um câncer, viu o orçamento familiar encolher ainda mais nos últimos anos. “Estou sempre devendo para o banco”, relata a médica veterinária. Em licença saúde, toma diariamente sete medicações.

Em entrevista para o Dia do Servidor (28/10), desabafou que a proximidade da chegada do 13º salário traz um alento para colocar as contas em dia. “Estou esperando o 13º salário para ver se eu boto o nariz pra fora da lama. A nossa sorte é que temos crédito”, avalia. O empréstimo consignado passou a fazer parte do orçamento da servidora.

## SALÁRIOS

# Estado amplia arrecadação e valor concedido em renúncias fiscais

Foto: Divulgação Sefaz



Receita com ICMS aumentou 32,4% entre janeiro e agosto de 2021

O discurso de falta de dinheiro para corrigir os salários dos servidores é facilmente desconstruído ao se analisar o aumento de 20,1% concedido pelo governo do Rio Grande do Sul em renúncias fiscais entre 2014 e 2019. Segundo levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), as isenções avançaram para R\$ 20,1 bilhões ao ano. Além disso, os resultados do Imposto sobre Prestação de Serviços e Circulação de Mercadorias (ICMS) mostram que o Estado está aumentando a arrecadação.

O ICMS teve um aumento nominal de 29,3%, acréscimo de 8,4 bilhões entre janeiro e outubro deste ano, na comparação ao mesmo período de 2020. A economista Daniela Sandi, do Dieese, lembra que o ICMS é o principal tributo do governo do Rio Grande do Sul, representando 86% da receita tributária do Estado. A projeção de arrecadação de

ICMS, conforme Lei Orçamentária para o ano de 2021, é de R\$ 34,5 bilhões, portanto até outubro acumula R\$ 37,3 bilhões, ultrapassando o previsto para todo o ano.

Para recuperar perdas e corrigir distorções nas carreiras dos servidores, o Sintergs está em negociação com o governo do Estado. Em junho deste ano, o sindicato protocolou uma proposta de reformulação das carreiras de analistas de projetos e políticas públicas, extranumerários e especialistas em saúde na Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. “O projeto visa repor perdas inflacionárias, estabelecer progressão na carreira por meio de promoções, corrigir distorções e facilitar a transversalidade entre secretarias, uma vez que todos os servidores terão uma mesma matriz salarial e não gratificações específicas, por cargo, dentro das carreiras”, explica Medeiros.

CARREIRAS

# Projeto de reestruturação é enviado para análise na SPGG



Foto: Thais D'Ávila

Guilherme Toniolo e o secretário de Planejamento, Governança e Gestão, Claudio Gastal

Em 28 de outubro, Dia do Servidor Público, o Sintergs teve duas agendas importantes para o futuro dos servidores de nível superior do Estado. O diretor de Políticas Salariais do sindicato, Guilherme Toniolo, se reuniu com o secretário de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), Claudio Gastal, para tratar do projeto de reestruturação das carreiras apresentado pelo Sintergs. O objetivo do encontro foi entregar as respostas aos apontamentos feitos pela equipe técnica da pasta, ratificar a proposta e solicitar que seja encaminhada à Casa Civil.

“Atendidos os apontamentos e sanadas as dúvidas, a expectativa agora é que o Planejamento conclua a análise técnica e enca-

minhe para a Casa Civil, dando sequência na mesa de negociações para posterior encaminhamento à Assembleia Legislativa”, detalha Toniolo. O dirigente também esteve na Casa Civil, acompanhado do diretor Setorial, de Assuntos Funcionais e Qualificação Técnica, Humberto Periolo. Entregaram ofício solicitando audiência com o governador Eduardo Leite e com o secretário-chefe Artur Lemos e cópia atualizada do projeto.

## Histórico da negociação

Toniolo lembra que o Sintergs vem negociando e trabalhando neste projeto desde o início do governo Eduardo Leite. “Acreditamos que passando para a próxima fase, junto à Casa Civil, a proposta tem grandes

chances de ter êxito nas negociações políticas”, comenta o dirigente.

A proposta foi protocolada em junho de 2021, quando o sindicato abriu um canal de negociação com o governo do Estado. O projeto tem como base as propostas aprovadas no plano de ação no início de 2021 para tentar recuperar parte das perdas salariais dos últimos sete anos.

O diretor de Comunicação do sindicato, Valdir Fiorentin, acrescenta que nos últimos meses foram intensificadas as campanhas junto à mídia e nas secretarias. O objetivo é chamar a atenção da sociedade para a perda do poder de compra dos especialistas em saúde, analistas de projetos e políticas públicas e extranumerários.

ARTIGO

Foto: Carlos Macedo



**Guilherme Toniolo**  
*Diretor de Política Salarial*

# Reestruturar para avançar

Avançam as negociações do projeto de reorganização dos quadros de analistas de projetos e políticas públicas, extranumerários e especialistas em saúde. Elaborada e apresentada pelo Sintergs ao governo do Estado, a proposta é o principal trabalho da diretoria de Políticas Salariais, construída junto com outras diretorias do sindicato. Temos um diálogo e uma mesa aberta de negociação com a administração. Apesar de estar em análise técnica, o projeto avança para o campo político e seguimos em mobilização por sua aprovação.

Montamos a proposta considerando a recuperação das perdas, como triênios, quinquênios e outras vantagens temporais. Também buscamos restaurar perdas inflacionárias com uma tabela que transforma a remuneração de salário básico em subsídio. Nada foi decidido em gabinete.

Desenhamos as proposições a partir de diretrizes e demandas decididas em assembleia dos associados ao sindicato.

A proposta contempla as letras A, B, C, D, E, F e G e três níveis: graduação, pós-graduação e mestrado. Nos baseamos em leis existentes, como Gratificação de Estímulo à Capacitação (Gecap), que remunera os servidores com pós-graduação e mestrado. O avanço entre as letras também não foi inventado, é um cálculo que contempla direitos retirados pela atual administração. Reeditamos este direito de forma que não fosse um crescimento vegetativo, pois o governo já havia se mostrado contrário à proposta.

O quadro deixa de ter como referência um salário básico, com gratificações. Passa a ser quadro por subsídio, sem gratificação. A exceção é a insalubridade, que o servidor tem direito, mas não é

vinculado ao subsídio. Existe uma vontade da Casa Civil e do Gabinete do Governador de fazer a reestruturação, e do Planejamento também porque, findando as gratificações, o servidor passa a ter maior permeabilidade dentro do Estado. Hoje, um servidor vinculado a determinada secretaria recebe uma gratificação específica. Se houver necessidade de transferir para outra secretaria, o servidor perde os direitos da gratificação, o que reduz a mobilidade.

O projeto do Sintergs foi uma antecipação ao que o governo Eduardo Leite pretendia: reestruturar as carreiras do Executivo estadual. O sindicato viu como oportunidade o propósito de mudança por parte do governo. Ou seja: elaboramos um projeto alinhado à necessidade do governador de organizar o quadro para atingir nossos objetivos. ■



## CAMPANHAS

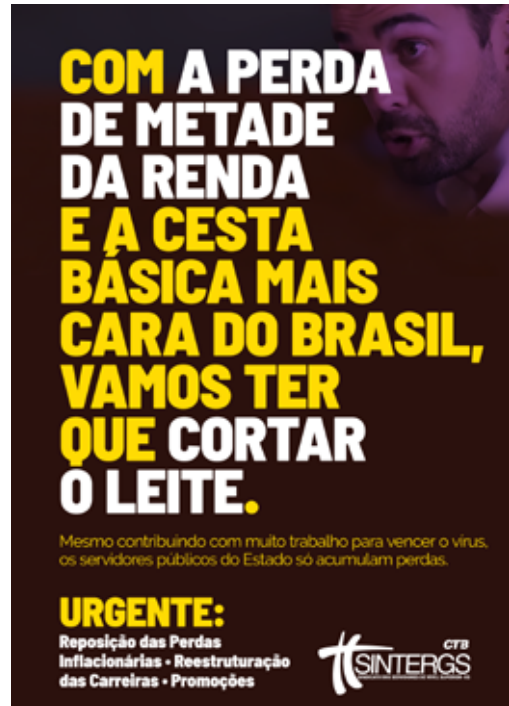
# Sintergs lança campanha de reposição

O Sintergs deu início em novembro à campanha de reposição salarial com distribuição de cartazes e folders e veiculação de spots de rádio. Foram distribuídos 3 mil cartazes e 10 mil panfletos. Também entrou no ar o patrocínio do programa Timeline, da Rádio Gaúcha. São três spots semanais, por um período de três meses.

“Estamos em negociação com o governo, com um projeto de reestruturação que visa corrigir a defasagem, e não temos mais como esperar. Já são sete anos sem nenhum tipo de correção, com perda de metade

da renda”, explica o diretor de comunicação do Sintergs, Valdir Bandeira Fiorentin.

Os cartazes foram distribuídos nas secretarias na Capital e no Interior, com apoio dos representantes setoriais e regionais. Os panfletos complementam a ação, comparando os preços de produtos e serviços desde 2014. A campanha tem como objetivo pressionar o governador Eduardo Leite a avançar nas negociações sobre a reestruturação das carreiras de analistas de projetos e políticas públicas, extranumerários e especialistas em saúde.



## Outdoors e spot de rádio contra a PEC 32

Em setembro de 2021, o Sintergs espalhou 30 outdoors em municípios da base eleitoral de 15 deputados federais gaúchos que se mostram indecisos ou favoráveis à PEC 32. Os cartazes estamparam parte do rosto dos parlamentares, com os dizeres: “Deputado, diga não ao projeto da rachadinha. Vote contra a PEC 32.”

“A sociedade deve tomar ciência de que a aprovação da reforma administrativa não prejudica apenas os servidores públicos, mas o atendimento à população nos serviços mais essenciais, como saúde e educação, ao possibilitar a eliminação de concurso nestas duas áreas”, alerta Valdir Bandeira

Florentin, diretor de Comunicação do sindicato.

Também em setembro, a Frente dos Servidores Públicos do RS (FSP-RS) promoveu campanha de rádio em defesa do serviço público contra a reforma administrativa. O spot foi ao ar em 38 emissoras da Capital e do Interior do Rio Grande do Sul. Com duração de 15 dias, totalizou 1,5 mil inserções.

“A PEC 32 é o projeto perfeito para políticos corruptos que se apropriam de parte dos salários dos cargos em comissão, nas chamadas rachadinhas”, destaca Antonio Augusto Medeiros, presidente do Sintergs.



## REFORMA ADMINISTRATIVA

# Trabalhadores pressionaram Arthur Lira pela retirada da PEC 32

Foto: Bruna Karpinski



Representantes das centrais sindicais entregaram documento contra o projeto ao presidente da Câmara dos Deputados

Representantes das centrais sindicais pressionaram o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, a retirar a PEC 32 durante audiência em Brasília. No dia 4 de agosto, mais de 20 dirigentes de entidades de trabalhadores de todas as regiões do país participaram da reunião com o parlamentar e entregaram, em mãos, documento fruto de debate realizado por servidores, sindicatos e centrais sindicais. Para os dirigentes, a proposta prejudica a carreira dos servidores e não atende

às necessidades da sociedade, que será profundamente afetada. “A PEC 32 desmantela o serviço público justamente em um momento de pandemia, em que fica evidente a importância dos direitos sociais fundamentais, sobretudo para a população que mais precisa”, disse Antonio Augusto Medeiros, presidente do Sintergs e secretário-geral da CGTB.

Em sua manifestação, o presidente da Câmara alegou que o projeto foi amplamente discutido entre os parlamentares, afirmação que o dirigente do Sintergs contesta. “Um projeto desta natureza precisa ser debatido com a sociedade, algo que até o momento não ocorreu”, destaca Medeiros. Lira disse que preza pelo serviço público e que não defende terceirizações e privatizações. “Direito adquirido é constitucional e garantido”, destacou, assegurando que nenhum direito dos servidores públicos atuais será revogado. No entanto, não é o que diz a proposta. Ao precarizar as relações de trabalho, a reforma administrativa irá comprometer a estabilidade dos trabalhadores do serviço público.

## Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou relatório

Em 23 de setembro, a Comissão Especial da PEC 32 na Câmara dos Deputados aprovou o parecer do relator Arthur Maia. Na véspera, o parlamentar excluiu o artigo 37A, que entrega o serviço público para a iniciativa privada ao liberar terceirizações e privatizações, mas no dia seguinte voltou atrás. Apesar da pressão de dirigentes das centrais e sindicatos de servidores em Brasília, o relatório foi aprovado por 28 votos a 18.

O projeto foi encaminhado ao Plenário da Câmara, onde é preciso maioria qualificada (3/5 dos votos).

O placar mostra que o governo terá dificuldade para aprovar a reforma na Câmara. “É importante manter a mobilização em Brasília, nos estados e nos municípios base dos deputados. Vamos manter a luta para derubar a PEC 32 no plenário”, afirma o presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros.

Desde que foi aprovada na Comissão Especial, a PEC 32 ainda não entrou na pauta do plenário. Isso mostra que a pressão dos servidores está surtindo efeito e que o governo não tem os 308 votos necessários para aprovar o projeto.

## Mobilização mostra força dos servidores contra a PEC 32



Foto: Carlos Macedo

Em Porto Alegre, o Sintergs esteve presente em sete manifestações

***Desde julho de 2021, os servidores de nível superior do Estado intensificaram as mobilizações contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 32). Se juntaram a trabalhadoras e trabalhadores do serviço público federal e municipal de todo o Brasil e se organizaram em atos em Brasília, Porto Alegre e Interior do Rio Grande do Sul.***

Os dirigentes do Sintergs participaram de mais de duas dezenas de atos durante sete semanas em Brasília, de agosto até o final de outubro. Houve também outros sete protestos na Capital gaúcha, além de Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul. A demonstração de resistência

surtiu efeito. O governo federal passou a ter dificuldade em aprovar a PEC, e vem protelando a votação. Confira, nas páginas a seguir, fotos de algumas manifestações no Estado e em Brasília, onde o sindicato se fez presente defendendo os servidores e os serviços públicos.



## REFORMA ADMINISTRATIVA

Foto: Valdir Fiorentin



Servidores protestam durante aprovação da reforma administrativa na Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32

Foto: Bruna Karpinski



Deputados federais e senadores foram recepcionados por centenas de servidores no aeroporto de Brasília nas terças-feiras, como em 5 de outubro

Foto: Bruna Karpinski



Notas de dólares com o rosto de Paulo Guedes foram lançadas em frente ao Ministério da Economia, em 7 de outubro

Foto: Karen Viscardi



No Dia do Servidor Público, em 28 de outubro, centenas de trabalhadores organizaram caminhada até o Ministério da Economia



Foto: Carlos Macedo



Dirigentes do Sintergs e da CTB marcaram presença em atos contra a reforma em Porto Alegre, como em 2 de outubro

Foto: Bruna Karpinski



Milhares de pessoas ocuparam as ruas de Porto Alegre no dia 24 de julho na luta contra a PEC 32 e em defesa da democracia

Foto: Gustavo Henrique Lambert



Em Santa Cruz do Sul, o representante regional do Sintergs, Pablo Tadeu Pereira da Silva, participou de ato organizado pela Frente dos Servidores Públicos do RS no dia 2 de setembro

Foto: Arquivo pessoal



Flavio Thume da Silva (à direita), diretor do Núcleo de Cachoeira do Sul do Sintergs, participou com colegas associados de protesto no dia 13 de outubro

## AÇÕES SINDICAIS

Foto: Dorivan Marinho/STF



# STF mantém conversão do tempo de atividade insalubre para aposentadoria

O Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou o julgamento referente ao tema 942, que trata do direito dos servidores públicos de converter o tempo especial em tempo comum para fins de concessão de aposentadoria e benefícios previdenciários. A decisão é válida para os servidores públicos da União, dos estados e dos municípios que atuaram em atividade especial até 13 de no-

vembro de 2019, inclusive os que ainda não solicitaram o pedido de conversão.

Com a decisão de 4 de agosto de 2021, o STF corrigiu uma distorção. “O reconhecimento da conversão é uma grande vitória do serviço público, mas também é uma equiparação aos direitos que já eram garantidos aos trabalhadores da iniciativa privada”, afirma Antonio Augusto Medei-

ros, presidente do Sintergs.

O servidor que foi exposto à risco ou que teve efetivo prejuízo à saúde ou à integridade física por período inferior ao tempo necessário para a obtenção da aposentadoria especial, tem o direito de averbar esse tempo na modalidade comum. A aplicação do fator de conversão é de 1,2 para mulher e de 1,4 para homem, conforme abaixo.

### Quem tem direito

Servidores que atuaram em atividade especial ou insalubre comprovada por laudo até 13 de novembro de 2019. Na data, uma emenda constitucional transferiu a regulamentação do tema aos Estados, o que ainda não foi feito pelo governo do Rio Grande do Sul.

## Projeto ajuda familiares de associados falecidos nos pedidos de pensão por morte



O Sintergs lançou, em julho deste ano, o programa Acolhe Sintergs. O objetivo é apoiar familiares de associados falecidos nas solicitações de pensão por morte de associados. A intenção é apoiar os futuros pensionistas com auxílio nos trâmites administrativos de encaminhamento de concessão do benefício.

“Quando se perde alguém, tem de lidar com a carga emocional, a dor e as dificuldades. Além disso, a parte burocrática precisa ser resolvida”, explica Raquel Fiori, diretora de Assuntos Previdenciários e Saúde do sindicato. No Estado, a pensão por morte do IPE PREV é concedida a dependentes do segurado, conforme Lei nº 7.672/1982.

Para participar do programa, os dependentes devem entrar em contato com Cármen Lúcia Rodrigues, assistente administrativa do sindicato, para informações. O familiar também pode solicitar a lista com a documentação referente à concessão do benefício pelos contatos [acolhe@sintergs.com.br](mailto:acolhe@sintergs.com.br) ou WhatsApp (51) 98512-5386.

## Justiça reconhece período de greve na concessão de licenças prêmio

A Justiça reconheceu o período de greve entre 26/11/2019 a 31/01/2020 como de efetivo exercício para aquisição da licença-prêmio por assiduidade. O governo do Estado ainda pode opor embargos de declaração perante a juíza que proferiu a sentença ou recorrer diretamente ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS).

A Justiça determinou a retificação da efetividade e ficha funcional

dos servidores que participaram do movimento grevista, com indicação de falta justificada. Além disso, reconheceu o período de greve como de efetivo exercício para aquisição da licença-prêmio por assiduidade e determinou a concessão do benefício aos servidores que, por aderirem ao movimento grevista, não tiveram o nome publicado no Diário Oficial de 19/05/2020, em razão da interrupção da contagem

do quinquênio.

Além deste processo, o Sintergs aguarda o julgamento de mérito da ação impetrada contra o Estado, devido aos descontos dos dias de greve. “Como a paralisação é um instrumento legal, um direito constitucional dos trabalhadores, temos grande expectativa de que seja considerado procedente”, completa Medeiros. A decisão foi publicada no dia 28 de maio de 2021.

## AÇÕES SINDICAIS

# Governo deve lançar edital de precatórios no início de 2022

O Sintergs reafirma a recomendação para que os associados evitem vender seus precatórios e aguardem lançamento de edital de conciliação. Segundo o governo do Estado, uma nova rodada está prevista para ser convocada em janeiro de 2022 para negociar com todos os credores detentores de precatórios.

“Alertamos nossos associados sobre a possibilidade de o Estado chamar todos os credores para fazerem acordo pela Lei de Conciliação, onde o Estado paga 60% do valor total, bem acima dos 20% ofere-

cidos por corretores”, destaca o vice-presidente do Sintergs, Danilo Krause, que recebeu informação da Central de Conciliação e Pagamento de Precatórios, do TJRS.

Krause, que acompanha o tema, informou no início de novembro que o Estado havia formado uma força-tarefa para liquidar as superpreferências. A expectativa é que os processos até 2015 destes credores acima de 60 anos fossem convocados até o final do mês de dezembro.

# Pressão por GDEFA para pesquisadores

A Associação de Servidores das Ciências Agrárias do RS (Assagra) cobrou a secretária da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Seapdr), Silvana Covatti, sobre a concessão da Gratificação de Estímulo à Defesa e ao Fomento Agropecuário (GDEFA) para os pesquisadores da extinta Fepagro. Em reunião no dia 22 de novembro, com participação de representantes do Sintergs, a titular da pasta reiterou o compromisso de dar andamento à demanda. Os trabalhadores da pesquisa agropecuária são os únicos da Seapdr que não recebem a gratificação. O pedido foi formalizado em julho deste ano.

*O Sindicato que defende seus direitos, agora também garante muitos benefícios.*



Saiba mais pelo **site** ou baixe o **App Masterclin**.





## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

# Sintergs elabora nove ações estratégicas para superar desafios



Fotos: Bruna Karpinski

Diretores e funcionários acompanharam a apresentação dos desafios e das metas

Após meses de reuniões de trabalho, o Planejamento Estratégico Situacional (PES) elaborado pela diretoria do Sintergs foi apresentado no dia 4 de novembro de 2021 para diretores e funcionários do sindicato. O plano traz a visão de futuro, os valores e os desafios do Sintergs até 2026. Também foram elaboradas ações estratégicas que vão facilitar a superação das metas. O documento contempla ainda cronograma com etapas, prazos e diretores responsáveis.

São sete desafios, entre eles ampliar o número de associados, atualizar o plano de carreira e aumentar a participação de mulheres na diretoria. Ainda foram definidas nove ações estratégicas.

“O plano sinaliza um caminho a ser percorrido. E, ao ter uma definição de caminho, é possível fazer os ajustes necessários para que as ações estratégicas possam ser implementadas”, explica Paulo Roberto do Valle, supervisor de Formação Sindical da Escola Dieese, lembrando que estas metas é

que vão nortear a gestão da entidade nos próximos anos.

A diretora Raquel Fiori, que acompanhou todas as etapas da elaboração do plano, considera que o resultado foi satisfatório. “Cumpru com as expectativas e pontuou bem o principal ponto nevrálgico do sindicato”, avalia a dirigente. Segundo a diretora, algumas ações já estão em andamento, porém precisam ser aperfeiçoadas na forma de serem executadas.

O economista Ricardo Franzói, supervisor-técnico do Dieese no RS, que também esteve presente na reunião, reforçou a importância da participação de todos os dirigentes do sindicato no dia a dia da execução do planejamento. Para a implementação do PES, serão realizados seminários e pesquisas. A ideia é fazer um monitoramento bimestral das ações do plano até o final da gestão atual. Nos anos seguintes, o planejamento prevê monitoramento quadrimestral.

ARTIGO

Foto: Carlos Macedo



**Ana Touguinha**

*Representante dos aposentados*

## O desafio de transformar isolamento em reencontros

Assumir como representante dos aposentados na atual gestão do Sintergs foi um desafio com a chegada da pandemia, mas conseguimos transformar o isolamento em oportunidade para reencontros. Isolada na praia, fiquei pensando como poderia trabalhar com os idosos associados do sindicato. Com as reuniões on-line da diretoria, me veio a ideia, afinal, a maior parte dos aposentados já usa WhatsApp e internet. Assim, criamos um grupo e começamos a nos reunir de forma virtual.

A experiência foi muito positiva, estamos conseguindo reunir pessoas que não poderiam se encontrar pessoalmente. Aposentados que moram no exterior, em Santa Catarina, no Paraná, na Bahia e em diferentes municípios do Rio Grande do Sul. Em um momento tão difícil de isolamento, proporcionamos um reencontro entre as pessoas, momentos para resgatar amizades, se informar e

esclarecer dúvidas com convidados como juíza da central de precatórios, presidente do Ipe Saúde, nutricionista, psicóloga. Também tivemos atividade laboral específica para o grupo de aposentados.

Assim, as pessoas puderam se manter atualizadas sobre temas importantes para os servidores inativos e, ao mesmo tempo, ampliaram contatos com outras pessoas em uma época em que muitos sofreram de solidão. Apenas em 2020, foram mais de dez encontros pelas telas dos computadores e celulares.

É uma satisfação trabalhar com os aposentados. Grupo que, aliás, esteve presente desde o começo de minha trajetória profissional como técnica científica. Quando passei no concurso na Secretaria de Turismo, minha primeira atribuição foi ser coordenadora técnica de turismo para pessoas aposentadas acima de 50 anos, que naquela época se chamava “a maior idade”.

Na época, eu com 40 anos, comecei a conviver com pessoas de mais idade. Participei de eventos, reuniões do conselho do idoso, congressos de geriatria e gerontologia, congressos nacionais e internacionais. Ainda jovem, não fazia parte da categoria idoso. Hoje, sim, e com muito orgulho. Com o passar do tempo, fui para o Sintergs, e hoje represento o grupo pelo qual tanto trabalhei e continuo trabalhando: os aposentados associados do sindicato.

Vendo o trabalho que começamos no ano passado, podemos afirmar que nossos encontros virtuais foram importantes para manter a saúde mental dos aposentados. Pesquisas da área da psicologia apontam que as pessoas mais conectadas reagiram melhor à pandemia. Agora, com as pessoas já vacinadas, já começamos a fazer reuniões presenciais, sempre, claro, com todos os cuidados para preservar a saúde das pessoas. ■

NOTAS

## Sintergs doa cestas básicas

Foto: Alexandre da Silva / Divulgação Sintergs



Diretores e funcionários acompanharam a apresentação dos desafios e das metas

O Sintergs aderiu à campanha do Instituto Criança Mais Feliz RS com a doação de 30 cestas básicas. A entrega ocorreu no dia 5 de outubro, na sede do sindicato. A participação do sindicato na ação foi iniciativa da aposentada associada Diva Helena Caume, que atua como voluntária no instituto. Na foto, Diva está ao centro, entre o diretor e vice-presidente do Sintergs, Danilo Krause, e a presidente do instituto, Nara Sonallio. “Os servidores públicos estão participando ativamente de campanhas como esta para que famílias não fiquem sem alimento na mesa neste momento muito difícil de pandemia”, afirma Krause. O instituto atende famílias de dez comunidades de Porto Alegre e Região Metropolitana.

## Sindicato lança Prêmio de Jornalismo

No Dia do Servidor Público (28/10), o sindicato lançou o Prêmio Sintergs de Jornalismo. “A ideia é estimular a produção de reportagens que chamem a atenção para a importância do serviço público para a população. Também queremos valorizar profissionais e veículos de imprensa que contribuem para que a sociedade tenha conhecimento da relevância do trabalho dos servidores”, comenta o diretor de Comunicação Valdir Fiorentin.

Serão agraciados trabalhos em quatro categorias: impresso, eletrônico, on-line e fotografia. Poderão ser inscritas reportagens publicadas em jornal, revista, televisão, rádio e site de notícias. As inscrições são gratuitas e devem ser realizadas de 1º a 31 de março de 2022. A entrega da premiação ocorrerá em 2022, em evento oferecido pelo Sintergs em data a ser definida, próximo do Dia do Trabalhador.



## INCLUSÃO

# Sindicato na corrida contra o racismo

Mais de 80 pessoas participaram de corrida contra o racismo, no dia 9 de outubro, em Porto Alegre. Não Atire, Estou Apenas me Exercitando (Don't Shoot, It's Just Cardio) foi o nome dado à atividade, organizada pelo Movimento Vidas Negras Importam-RS com o apoio do Sintergs. O sindicato comprou camisetas personalizadas para distribuição no evento e teve representantes da diretoria e funcionários na corrida. A ação



Foto: Movimento Vidas Negras Importam RS

Funcionários e dirigentes marcaram presença na ação

contou com a participação de ciclistas e algumas pessoas fizeram o trajeto do Anfiteatro Pôr do Sol até a Fundação Iberê Camargo caminhando.

A campanha Don't Shot, It's Just Cardio começou em março de 2020, nos Estados Unidos, um mês após o assassinato de Ahmaud Arbery, na Geórgia, en-

quanto corria para se exercitar. O jovem de 25 anos foi assassinado em plena luz do dia, por um ex-policia e seu filho, ambos brancos. No Brasil, há inúmeros relatos de pessoas negras que sofreram racismo ou estigmatização racial por estarem se exercitando. É preciso dar um basta no racismo estrutural de nosso país.

# Crianças recebem brinquedos

O Sintergs entregou no dia 8 de outubro cerca de 300 brinquedos para três comunidades de Porto Alegre: Coletivo Mães da Periferia, do Morro Santana (foto), Associação dos Moradores do Parque dos Maias (Acopam) e Associação dos Moradores do Vale do Salso (Amovas). Do total, 220 foram adquiridos pelo sindicato e o restante foi recolhido por meio de doações.

“Em épocas de crise, as crianças são as mais impactadas. São as primeiras a sofrer as consequências de qualquer decisão política, porque são as mais frágeis, mais vulneráveis. Por isso, o Sintergs sempre se posicionou de forma a transcender o trabalho sindical”, diz o diretor do



Foto: Karen Viscardi

Doações beneficiaram um coletivo e duas associações

Sintergs Guilherme Toniolo, que fez a entrega dos brinquedos no Morro Santana.

Nas comunidades atendidas pela Acopam e Amovas, os brinquedos foram entregues pelo presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros.



## MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA

# 20 de Novembro: a importância da representatividade além do discurso

O 20 de Novembro completa 50 anos em 2021. A data marca a luta contra o racismo, a resistência do povo negro e a valorização de sua ancestralidade. Para avançar, é necessário refletir e assumir que é um problema de todos, sair do discurso meramente teórico. É nesta direção que o Sintergs vem caminhando. Além do debate, o sindicato tem buscado se engajar na luta e nas ações antirracistas. Mas ainda há muito o que fazer.

“Esse assunto precisa estar sempre em pauta, não apenas no Dia da Consciência Negra”, avalia o analista de sistemas Alexsandro da Silva. Funcionário do Sintergs há 13 anos, ressalta a importância de mais leis para garantir a igualdade e também da conscientização da branquitude sobre os seus privilégios. O profissional viu as discussões sobre a luta do movimento negro crescerem recentemente, dentro e fora do ambiente de trabalho.

Apesar disso, Alexsandro observa que o sindicato ainda é “branco e masculino”, um reflexo dos espaços de poder na sociedade. Portanto, ainda há muita luta pela frente.

Para dar conta dos desafios futuros do sindicalismo, o estudante de Direito Carlos Alberto Machado

Alves sugere a seguinte reflexão: quantos sindicatos nós conhecemos que têm na presidência uma pessoa negra? E na diretoria, quantos são negros ou negras?

“Mesmo sendo um espaço de luta e de reivindicação por direitos, o mundo sindical ainda reflete muitas das contradições da nossa sociedade. Uma delas é a participação da população negra nos espaços de direção”, avalia Carlos Alberto, que há quase um ano faz estágio no Sintergs.

Militante do Levante Popular da Juventude, Carlos Alberto ressalta que mesmo sendo a maioria da população brasileira, os negros e negras ainda ocupam pequenos espaços de prestígio e de poder. “E

não é porque temos menos capacidade, ou porque somos menos inteligentes, mas porque a nossa sociedade sofre ainda do racismo estrutural, que historicamente relegou aos negros e negras os espaços à margem”, ressalta o estudante.

Para a diretora do Sintergs, Angela Antunes, o sindicato tem muito a avançar. “O sindicato não pode ficar em uma ilha, apenas na discussão de pautas corporativas. Precisamos de reflexão, debates e de práticas intra e extramuros. Essa mudança é responsabilidade de todos”, afirma a dirigente. Para Angela, é necessário ampliar o espaço para estas discussões, bem como o apoio a ações afirmativas.



Foto: Suria Liz

Carlos Alberto Machado Alves (E) e Alexsandro da Silva (D) trabalham no Sintergs

ARTIGO

Foto: Carlos Macedo



**Angela Antunes de Souza**  
Diretora 1º Secretária

## Uma mulher negra em espaço de decisão incomoda muita gente?

O novembro negro é de reflexão e de homenagem à luta e à resistência negra brasileira. Uma data simbólica construída a partir de estudos do poeta Oliveira Silveira e de outros militantes e intelectuais negros e negras do Grupo Palmares, sediado em Porto Alegre. A cidade que iniciou esta discussão em 1971 é a mesma onde uma ativista de extrema direita disse dentro da Câmara, em 2021, que uma vereadora negra era sua empregada. Por que incomoda tanto ver uma mulher negra nesses espaços? Que papel as instituições e a mídia têm na sustentação do racismo?

Acredito que toda menina negra da minha geração e das anteriores sentiu-se pouco representada. Era raridade encontrar bonecas pretas e praticamente não havia protagonistas negras. Novelas e filmes mostravam ho-

mens negros vinculados ao crime e mulheres negras em trabalhos domésticos, dentro da casa dos patrões, muitas vezes sendo assediadas (como se fosse normal), como se não tivessem casa, família, sonhos e vida própria. São imagens que contribuíram para estabelecer “padrões” no imaginário coletivo e para a manutenção do racismo e da desigualdade. Por que as mulheres negras não eram as intelectuais, as professoras, as médicas, as advogadas ou as heroínas?

Recentemente conheci a palavra sororidade, mas ela sempre esteve presente no cotidiano das mulheres negras. É este sentimento de empatia, solidariedade e apoio, de ser representada fora dos estereótipos racistas. Isto me fez chorar a morte da Marielle e comemorar Deise Nunes, Taís Araújo, Maju, Benedita da Silva e Concei-

ção Evaristo, assim como celebrar Ruth de Souza, Zezé Motta, Fernanda Carvalho e Djamila Ribeiro. Elas sou eu, elas somos nós.

Precisamos de uma sociedade justa e igualitária. Embora venha ocupando mais espaço devido à luta histórica do movimento negro, a representatividade na mídia e nas instituições ainda não é proporcional ao percentual na população brasileira. Estas mulheres não deveriam ser exceções, mas são. E as querem calar, invisibilizar e definir quais papéis podem ocupar.

Não basta as instituições mostrarem que apoiam a igualdade racial em comerciais e lives no mês de novembro. É necessário ter, de fato, políticas e ações antirracistas no seu cotidiano. Uma mulher negra em espaço de decisão incomoda muita gente? Por quê? E duas, três, mil?

**SINDICALISMO**

## Por que se associar ao Sintergs?

O Sintergs ajuda a transformar demandas individuais em pleitos coletivos. Um sindicato com uma ampla base de associados fortalece a luta por direitos dos servidores públicos e as categorias que representa. Ao mesmo tempo em que busca novos filiados, o sindicato reafirma seu compromisso com seus associados.

Quer exemplos? A iniciativa da atual diretoria em elaborar um plano de reestruturação que está em negociação com o governo do Estado e as ações jurídicas, como o reconhecimento do tempo de atividade insalubre para conversão na aposentadoria. Estas são apenas algumas ações do Sintergs.

### **Confira o que faz o Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Rio Grande do Sul:**

Lidera negociações coletivas e pautas de reivindicações

Defende os direitos já conquistados pelos servidores

Luta por condições dignas de trabalho

Garante assistência jurídica

Promove ações de valorização dos servidores

Firma convênios com instituições de ensino, lazer, esporte, saúde e outras

**Associe-se ao Sintergs e participe da luta pela valorização do servidor público.**

### **Como se associar:**

(51) 3025.0011

[sintergs@sintergs.com.br](mailto:sintergs@sintergs.com.br)



# Filiado SINTERGS

Qualifique a  
assistência da sua  
família com o novo  
convênio.

- Ampla rede credenciada
- Os melhores hospitais do estado
- Assistência Odontológica
- Fisioterapia, psicologia e nutrição
- Abrangência Nacional\*

Consulte as condições especiais para  
os filiados SINTERGS no site:  
[www.saudepas.com.br/convenio/sintergs](http://www.saudepas.com.br/convenio/sintergs)

\* Consulte condições na contratação.

**0800 541 6666**

**(51) 99355 6413**

[www.saudepas.com.br](http://www.saudepas.com.br)

[/saudepas](https://www.facebook.com/saudepas)

[@saudepas](https://www.instagram.com/saudepas)



**SaúdePAS**  
Medicina & Odonto

Direção SINTERGS (Gestão 2020/2022):

**Antônio Augusto Rosa Medeiros** - Diretor-Presidente

**Elpídio Jacques de Borba** - Diretor 1º Vice-Presidente

**Danilo Luiz Krause** - Diretor 2º Vice-Presidente

**Angela Antunes de Souza** - Diretora 1º Secretária

**Joanes Machado da Rosa** - Diretor 2º Secretário

**Daniel Lima Gonzaga** - Diretor Financeiro

**Francisco Menegat** - Diretor Financeiro Adjunto

**Guilherme Toniolo** - Diretor de Política Salarial

**Humberto Periolo** - Diretor Setorial, de Assuntos

Funcionais e de Qualificação Técnica

**Valdir Bandeira Fiorentin** - Diretor de Comunicação

**Nelcir André Varnier** - Diretor de Assuntos Regionais e Setoriais

**Raquel Fiori** - Diretora de Assuntos Previdenciários e Saúde



[/sintergs.com.br](https://www.facebook.com/sintergs.com.br)

[@sintergs](https://www.instagram.com/sintergs)

[@real\\_sintergs](https://www.twitter.com/real_sintergs)

Rua José de Alencar, 1089 | CEP 90880-481 | Porto Alegre - RS  
| Fone: 51 3025.0011 | [sintergs@sintergs.com.br](mailto:sintergs@sintergs.com.br)

[www.sintergs.org.br](http://www.sintergs.org.br)

**Coordenação:** Valdir Bandeira Fiorentin

**Edição e Textos:** Bruna Karpinski e Karen Viscardi

**Projeto Gráfico e Diagramação:** Agência Bongó

**Tiragem:** 7.000 exemplares